

CONTRIBUIÇÕES À CONSTRUÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO

Eider Cavalcante
Universidade Estadual do Ceará
Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET
eidercavalante@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo proporcionar algumas contribuições à construção do materialismo histórico-geográfico, que tem como principais defensores pensadores como David Harvey e Edward Soja, dentre outros teóricos que procuram recuperar o legado deixado pelo filósofo Henri Lefebvre e principalmente do pensador alemão Karl Marx, ainda no século XIX, para o pensamento geográfico crítico, além de desenvolver suas teorias, principalmente na questão metodológica. Assim, a partir da análise desta processualidade histórica, expomos um esboço teórico que pode contribuir, mesmo que embrionariamente, com alguns elos de ligação dentre as lacunas teóricas referente a tal empreitada do pensamento geográfico mundial.

Palavras-chave: epistemologia, trabalho, produção do espaço.

CONTRIBUTIONS TO THE CONSTRUCTION OF HISTORICAL-GEOGRAPHICAL MATERIALISM

Abstract

This work aims to provide some contributions to the construction of historical and geographical materialism, whose main defenders thinkers like David Harvey and Edward Soja, among other theorists who seek to restore the legacy left by the philosopher Henri Lefebvre and especially the German thinker Karl Marx, even in the XIX century to the critical geographical thought, and develop their theories, especially in the methodological question. Thus, from the historical analysis from this process, we propose a theoretical outline that can contribute, even in embryonic form, with some gaps among theory on this agreement of the geographical thinking worldwide.

Keywords: epistemology, work, production of space

Introdução

Nossos esforços, neste ensaio teórico, procuram percorrer um caminho pelo próprio movimento histórico, a fim de subsidiar algumas contribuições ao pensamento geográfico em sua incessante busca pela inteligibilidade da realidade sócio-espacial, dentro dos “novos” e “velhos” paradigmas sociais. Assim, procura-se reafirmar a dialética como embasamento fundamental neste

esforço, dito aqui como desvelador das máscaras sociais (MOREIRA, 1982). Todavia, não lançamos mão da ingenuidade de buscar o esgotamento de tal temário, devido sua complexidade, principalmente num contexto de uma realidade cada vez mais escamoteada, além do fato da processualidade histórica, que nunca finda.

Mesmo Lukács, exaltando o conhecimento dialético, afirma que tal conhecimento tem:

o caráter de mera aproximação; e isso porque a realidade é constituída pela infinita interrelação de complexos que tem relações heterogêneas em seu interior e com seu exterior, relações que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes freqüentemente heterogêneos, cujo número de momentos ativos pode ser infinito. (LUKÁCS, 1979, p. 108-109)

Mas, ainda insistindo em Lukács, o sujeito, ou seja, o sujeito histórico:

[...] experimenta realidades que, de outro modo, na plenitude oferecida pela época, ser-lhe-iam inacessíveis; suas concepções sobre o homem, sobre suas possibilidades reais positivas ou negativas, ampliam em proporções inesperadas; mundos que lhe são distantes no espaço e no tempo, na história e nas relações de classe, revelam-lhe na *dialética interna* daquelas forças, cujo jogo exterior oferece-lhe estranho, mas ao mesmo tempo pode ser posto em relação a sua própria vida pessoal, com sua própria intimidade. (LUKÁCS, 1981a, p. 197 – grifo nosso)

Entende-se que a atividade transformadora do homem nunca acaba e que o conhecimento tem o poder máximo de uma visão *totalizante*, ou seja, para compreender e solucionar os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto que nós podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro e vice versa (KONDER, 1986, p.36).

Neste sentido argumentamos que o legado de Karl Marx tem um duplo caráter, qual seja, o *ontológico*, que analisou a processualidade interna do modo de produção capitalista e o *caráter histórico*, oriunda das possibilidades e impossibilidades da realidade material e histórica do contexto em que ele viveu. Nesse sentido, levando em consideração que não existe uma prioridade simplória ao econômico no âmbito do marxismo, entendemos que existe uma teoria do capitalismo espacializada, mesmo que fragmentariamente, nas obras

de Marx. Entretanto, sabemos que análise espacial não foi o objetivo de Marx, pois a processualidade histórico-moderna do século XIX ainda guardava de maneira implícita a dominação espacial

A partir desta análise, muito pensadores se engajaram na tentativa de não somente justapor o espaço as teorias existente, mas construir uma verdadeira teoria do espaço e até um materialismo histórico-geográfico, como de David Harvey e Edward Soja¹, além vários pensadores brasileiros de que se debruçam cotidianamente sobre tal temário. Então, para chegarmos aos atuais debates em torno da teoria da produção do espaço, do materialismo histórico-dialético e da própria Geografia Crítica, faz-se necessário retornarmos à própria base conceitual da dialética que está incrustado na própria essência desta concepção de espaço, para, por fim, esboçar, mesmo que embrionariamente, algumas contribuições ao pensamento geográfico.

Materialismo histórico-dialético e o espaço geográfico

Da mesma forma que os debates superestruturais² foram deixados de lado ou subjugados por várias vertentes das ciências sociais, os debates em torno do espaço foram, por muito tempo, desprezados, dentro do marxismo, da economia neoclássica, dentre outras vertentes do saber, sendo tratado como um fixo, morto e não dialético (SOJA, 1993). Fato que, no contexto histórico levou Lacoste (1978) a falar das dificuldades de associar o marxismo a Geografia.

Acreditamos, toda essa realidade tenha se propagado a partir das obras de Kautsky, com suas generalizações, quase que anti-dialéticas³, onde que afirmava que as diferenças seriam territoriais resolvidas, ou seja, homogeneizadas, a partir do desenvolvimento do capitalismo. Teorização essa,

¹ Tendo como principal fundamentação ou ponto de partida a *teoria da produção do espaço*, constituída por Lefebvre a partir de uma abordagem dialética do espaço, fundamentando-se profundamente no materialismo dialético de Marx,

² Apesar de sua complexidade, não nos ocuparemos neste neste deste debate, mas acreditamos ser amplamente superado com as contribuições da Escola de Frankfurt, Georg Lukács, Gramsci, entre outros.

³ Ver também Konder (1986).

que desde Lenine (2002), a partir da teoria do imperialismo, já eram rebatidas com grande propriedade, ao tratar das peculiaridades históricas e concretas⁴.

Segundo Soja (1993, p.7):

Pelo menos durante o século passado, o tempo e a história ocuparam uma posição privilegiada na consciência prática e teórica do marxismo ocidental e da teoria social crítica. Compreender como a história é feita constitui a fonte primordial de discernimento emancipatório e consciência política prática, o grande continente mutável de uma interpretação crítica da vida e das práticas sociais.

Ainda segundo Soja (1993) a ilusão da opacidade do espaço induzia a uma análise somente superficial e descritiva dos fenômenos, além da ilusão de sua transparência que o vê como representação pura da realidade social. Este fato não se deu por menos, pois o objeto dos pensadores, desde as descobertas de Isaac Newton, não é mais saber *o porquê* dos acontecimentos (Filosofia Grega), mas saber *como* eles acontecem. A ordem física do mundo era perfeita, cabendo ao homem descrever, metrificar, quantificar os fenômenos para melhor usufruir dos atributos da natureza. Assim, a humanidade passa a ter outros objetivos, passando da espera pela salvação, após toda uma vida de sofrimento na terra, agora se procura tornar a terra o “céu” dos homens.

As teorias predominantes defendiam a tese do espaço real (absoluto) como condição da existência dos corpos e a identidade dos espaços físico e geométrico. O espaço sendo um mero receptáculo de eventos e supunha que o passar dos eventos não afetava o fluxo do tempo, ou seja, uma arena desprovida de coisas e fenômenos, mais ainda, o ele era contínuo, estático, infinito, uniforme e isotrópico.

A visão mecânica de mundo influenciou bastante a economia clássica, desde Adam Smith que, a partir alguns conceitos dos fisiocratas⁵, elaborou sua

⁴ Neste sentido, se apropriando de algumas teorizações de Lenine como também de outros pensadores, Harvey (2004a) vai mais além, afirmando que o próprio processo de acumulação capitalista gera regionalidades. Sendo esta afirmação nosso pontapé inicial para o tentarmos propor no último tópico deste pequeno texto.

⁵ Fisiocracia: considerada a primeira escola de economia científica, que, através de uma inspiração iluminista, questionou veementemente as práticas mercantilistas, afirmando que toda a riqueza era proveniente da terra, da agricultura.

teoria, caracterizada pelas leis gerais da economia, sendo que da mesma forma que o ser humano não podia superar a gravidade, não podia superar a “mão-invisível” da economia, fazendo toda uma crítica à intervenção do Estado na economia, defendia o livre comércio. Assim, a lei natural do processo econômico seria oriunda do interesse individual das pessoas, pela ação individual egocêntrica, a escassez seria substituída pela opulência, ou seja, com a obediência desta lei, o resultado seria o crescimento econômico (HUBERMAN, 1989).

No contexto das ciências modernas, para Emmanuel Kant⁶ a apresentação dos fenômenos numa seqüência temporal havia se tornado mais significativa e reveladora, do que sua apresentação colocada lado a lado com o espaço. Assim, aos geógrafos foi destinada a “classificação e a teorização inocente do material factual que descreve a diferenciação as superfície da terra por áreas”(SOJA, 1993, p.48). Neste mesmo sentido, no início do século XX, as teorias cada vez mais separavam a sociedade da natureza, assim, fazer qualquer relação com as causalidades externas, como os processos ambientais, aos processos sociais eram rejeitados ao passo de não enveredar por um determinismo.

Karl Marx, quando trabalhou em seus escritos, não estava aquém desta realidade. A classe trabalhadora, na época, precisava de um projeto global, caracterizado principalmente em seu escrito *O Manifesto Comunista*, além do fato de Marx não ser anti-iluminista. Assim também se encontrava no contexto das estratégias políticas da modernidade, que sempre tencionava a pensar o “reto”, embora procura-se provar que os modelos vigentes não levassem a emancipação da humanidade. Fato que podemos observar no capítulo XXIV de *O Capital*, onde o autor fala que mesmo com o processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa que inscrita a sangue e fogo, que ficaria conhecido como acumulação primitiva, foi de suma importância para a superação do atraso social-político-econômico-cultural, do modelo feudal (MARX, 1982b).

⁶Segundo Lencioni (2003) o conhecimento geográfico apareceu como disciplina particular de ensino em Königsberg como nome de Geografia Física, tendo sido inaugurada por Emmanuel Kant, que se dedicou a disciplina por quarenta anos (1756 – 1796).

Devemos compreender que a grande obra deixada por Marx, tem um duplo caráter, qual seja, o *ontológico*, que analisou a processualidade interna do modo de produção capitalista e o *caráter histórico*, oriunda das possibilidades e impossibilidades da realidade material e histórica do contexto em que ele viveu. Assim, levando em conta esse duplo caráter, foi legado um método de análise que consiste em entender o modo de produção capitalista em seu caráter abstrato, material e relacional.

Soja (1989, p. 64), influenciado aqui por Lefebvre, deixa claro que não se tratava de um processo que poderia ser vislumbrado nas entrelinhas da primeira revolução industrial, afirmando que sua “iniciação não se deu nem no ponto de vista da filosofia nem do da sociologia, embora elas estivessem implicitamente presentes, nem tampouco foi a História ou Geografia. Foi antes, a emergência de uma nova prática social e política”. Tudo isso, caracteriza um novo patamar do modo de produção capitalista, que dentro do contexto da “velha” lógica de acumulação, apresenta “novas” estratégias de (re)produção, sendo uma delas a captura do espaço pelo mundo das mercadorias.

No contexto de Marx, tendemos a concordar que o espaço realmente não foi o seu foco dos estudos, pois a processualidade histórico-moderna, seu contexto material, ainda guardava de maneira implícita a dominação espacial. Acreditamos que somente com a queda do fordismo ficou explícito a generalização das curvas da história. E posteriormente, com seus contemporâneos⁷, que segundo Soja:

o desenvolvimento da teoria social crítica girou em torno da afirmação de uma história mutável, em oposição a perspectivas e práticas que mistificam a mutabilidade do mundo. O discurso histórico crítico se coloca, portanto, contra as universalizações abstratas e transhistóricas (inclusive as noções de uma “natureza humana” geral, que explica tudo e nada ao mesmo tempo); contra os naturalismos, os empirismos e os positivismos que proclamam as determinações físicas da história, separadas das origens sociais; contra os fatalismos religiosos e ideológicos que projetam determinações e teleologias espirituais (mesmo quando são transmitidos revestindo-se da consciência humana); e contra toda e qualquer conceituação do mundo que congele a fragilidade do

⁷ Acreditamos que o paradigma da modernidade, que influencia até hoje a sociedade e as ciências de modo geral, caracterizando-se no senso comum, principalmente nos discursos de globalização e desenvolvimento sustentável. Ainda vivemos sob o que Berman (2007) chama de magia da leveza, o sentir que estar levando o mundo nas mãos.

tempo, a possibilidade de se “quebrar” e refazer história.
(SOJA,1993, p. 22)

Entretanto, também devemos levar em consideração que a teoria marxiana por seu caráter totalizante, tendia a vasculhar mesmo os enigmas implícitos da modernidade. Nesse sentido, podemos elencar alguns elementos da obra de Marx em que se encontram claramente análises que nos remetem a uma teoria do capitalismo espacializada.^{8 9}

Segundo Rosdolsky:

Seus relatos sobre as relações agrárias na Irlanda e na Escócia, assim como sobre a política inglesa para a Índia, também se revelaram extremamente frutíferos, pois levaram-no a realizar um profundíssimo estudo sobre as “formas asiáticas de produção” e os vestígios do comunismo agrário na Europa e na Ásia. (ROSDOLSKY, 2001, p.25)

Com isso, devemos levar em consideração que as análises marxianas não se dão apenas na dimensão de uma linearidade histórica, pois o entendimento do concreto enquanto momento de chegada de seu método afirma que se compreendermos os processos complexos compreenderemos os mais simples, pois um está contido no outro. Em suas palavras: “não se trata do lugar que as relações econômicas ocupem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade [...] trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna. (MARX, 2007, p.265).

Esta conexão orgânica entre diferentes formas de sociedade no interior da sociedade burguesa, em nosso entendimento, aponta para uma teoria das espacialidades do capitalismo, ou como gostam muitos geógrafos, da diferenciação espacial. Nesse sentido, a espacialidade representaria a particularidade do modo em que o intercâmbio entre o homem e a natureza mediado pelo trabalho se desenvolve no interior de cada forma de sociedade.

⁸Ver sua abordagem no capítulo *A fórmula trinitária*, em que trata da relação terra-capital-trabalho no livro *O capital* (livro III, vol. VI). Além do processo de colonização tratado no último capítulos do primeiro tomo de *O capital* (livro I, Vol. II).

⁹ Neste contexto Harvey afirma que: “Durante muito tempo, ignorou-se a dimensão espacial referente à teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista. Em parte, isso é consequência de uma falha de Marx, pois seus escritos sobre o assunto são fragmentários e, muitas vezes, desenvolvidos apenas de modo superficial. No entanto, o exame atento de suas obras revela que ele reconheceu que a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas.” (HARVEY, 2005, p.43)

Todavia, acompanhando as indagações de Soja (1993, p. 36), o mesmo vai afirmar que:

O capitalismo industrial sobreviveu a prenuncia de sua extinção, através de uma radical reestruturação social e espacial, que intensificou (ou aprofundou, como no surgimento dos monopólios empresariais e das fusões) e intensificou (ou ampliou na expansão global do imperialismo) suas relações de produção e divisões do trabalho definitivas. Acompanhando a ascensão dessa nova economia política, houve uma cultura modificada do tempo e do espaço, *uma geografia histórica reestruturada*, moldada a partir dos restos despedaçados de uma ordem mais antiga, e imbuída de novas e ambiciosas visões e projetos de futuro, à medida que a própria natureza e experiência da modernidade – do que significa ser moderno – foi significativamente sendo reconstruída. (Grifo nosso)

Ratificando a dimensão histórica das análises, Marx, afirma que:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornaram apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas desaparecidas, sobre cuja ruínas e elementos se acha edificada, e cujo vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da autonomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indicam uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida se não quando se conhece a forma superior. *A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc.* Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas da sociedade. Pode-se compreender o tributo, o dizimo, quando se compreende a renda territorial. Mas, não se deve identificá-los. (MARX, 2007, p.256 – grifo nosso)

Penetrando nesta linha de raciocínio, o autor não tinha como captar, toda a complexidade dos acontecimentos que emergiam ao seu redor. E no cerne dos *vestígios do passado*, Berman (2007), no debate em torno do paradigma da modernidade, vai falar da consideração do paralelismo entre o fim do século passado e o presente, que não são revolucionários no sentido de transição de modo de produção, como a passagem do feudalismo para o capitalismo.

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto relações de produção, e, por conseguinte todas as relações sociais. A conservação inalterada dos antigos modos de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. *As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem.* Tudo que era sólido se desmancha no ar, tudo era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas (Marx, 2008, p. 13-14 – grifo nosso)

Então, a simultaneidade dos acontecimentos se apresentam em duas formas imbricadas e indissociáveis, em que uma representa a (re)produção de vestígios oriundos de outros modos de produção e a outra representa o próprio seu dissolver, ou seja, a própria negação do capitalismo, para dinamizar sua (re)produção. Trataremos mais profundamente este pensamento mais adiante.

Neste contexto, da mesma forma surgiram críticos da subjugação da linguagem e da dimensão superestrutural, como também dos críticos quem procuraram reafirmar o poder do sujeito perante a história, não foram poucos os que tentaram reafirmar o papel do espaço, sendo tratado muitas vezes num caráter de substituição das análises históricas (SOJA, 1993). Entretanto, segundo Lefebvre (2006), a concepção de espaço passou de uma visão cartesiana para um espaço mental, mas faltou a mediação entre ambas. Tudo isso, representou uma crítica a uma análise vertical e hierarquizada construída da mesma forma, onde são elencadas diretamente as posições totalmente opostas.

A construção de um materialismo histórico-geográfico

No Brasil, muito já se desenvolveu o pensamento geográfico após sua renovação, datada do final da década de 70, com o trabalho de alguns grupos de pensadores que estão à procura da reconciliação da Geografia com a

dialética, que foi perdida¹⁰ no desenrolar do tempo histórico, pela Geografia e pelas demais ciências humanas. Procurando-se um reencontro com o próprio Marx e com os seus contemporâneos que conseguiram, sem vulgarizar suas teorias, confirmar o seu pensamento e visualizar o que ele não poderia ter visto em seu momento histórico. Tudo isso, sem perder de vista a realidade brasileira que se caracteriza como um verdadeiro filtro para as teorizações.

O pensamento geográfico, no cerne da Geografia crítica radical, tenta cotidianamente se apropriar da dialética, onde a realidade sócio-espacial é apreendida na dimensão social-econômico-político-cultural, na articulação contínua, de caminho de ida e volta, entre as ordens próximas e distantes¹¹, observando-se desde a captura da subjetividade dos atores sociais da história até os processos globais de reprodução do capital. Ainda mais, o espaço sendo tratado como um *componente social*, ao contrário de teorias o tratam como ao externo, a priori, fixo, etc..

Hoje, muito se fala sobre a reafirmação do espaço na teoria social crítica e outros ainda vão mais além, propondo até a construção materialismo histórico-geográfico, onde a particularidade e a universalidade, no âmbito de uma dialética relacional, encontram-se sempre internalizadas e implicadas uma na outra, podendo-se então estabelecer, de maneira mais estreita, uma relação de interdependência entre a parte e o todo (HARVEY, 2004a; SOJA, 1993). Entretanto, é de conhecimento de todos a existência de muitas lacunas no âmbito científico. Deve-se que ir cada vez mais a fundo, até a mais íntima relação da dialética sócio-espacial, na esteira da relação capital, trabalho e espaço na construção do que Moreira (1999) chama da nova forma-valor.

¹⁰ Referimos-nos, aqui, a forte influência da vertente ortodoxa do marxismo, como também a influência do marxismo estruturalista nas ciências humanas, que segundo Martins (1996) representou uma verdadeira praga que adentrou ao pensamento marxista reduzindo-o a uma coleção de fórmulas feitas. Além da sua própria negação, através de análises somente das micro-relações e das particularidades, sem conexão com o global, onde os fatos são estudados por si mesmos. Sendo exaltado, muitas vezes, um psicologismo exacerbado, onde quase nunca passam da dimensão do político-cultural e da apreensão do indivíduo, através da consideração de uma verdade relativa.

¹¹ Dessa forma, percebemos que, para entender o atual contexto da realidade socioespacial, devemos levar em conta a ação *das ordens distantes* (políticas, econômicas, ideológicas) e as *ordens próximas* (grupos locais que compõem a sociedade) sobre a produção desse espaço (LEFEBVRE, 2001).

Neste contexto, nossa teorização lançamos mão da capacidade de *resignificação* do capitalismo, no cerne do modo de produção garantir sua própria sobrevivência. O modo capitalista de produção, ao contrário do modo de produção feudal, conseguiu forjar novas relações sociais de produção para atender o seu desenvolvimento, ou seja, reproduzir sua própria sobrevivência, mesmo diante de suas contradições.

Na contemporaneidade, por conta da resignificação do capitalismo, não visualizamos apenas o modo de produção burguês sobre os vestígios do modo de produção feudal, mas também sobre as ruínas do seu próprio dissolver, como descrevemos anteriormente, ou seja, sobre as *outras etapas do capitalismo*, construindo a todo o momento o “novo” sobre a base dos “velhos”, momentos e paradigmas da sociedade, a fim de garantir sua perpetuação.

A diferenciação espacial pode ser visualizada a partir da relação diferenciada entre a sociedade e a natureza, mediada pelo trabalho em distintos modos de produção, como também a partir do desenvolvimento desigual do capitalismo na inserção de relações pré-capitalistas em seu comando e ainda a partir do seu *próprio dissolver*, que podemos demonstrar tanto em macro escalas, no âmbito das etapas do capitalismo, quanto numa escala menor, a partir de um do conceito de Harvey (2004a), denominado de *destruição criativa*, consistindo na necessidade perpétua do capital criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num determinado momento histórico simplesmente para ter que destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num momento posterior, a fim de adaptar sua rede perpétua de acumulação indeterminável do capital¹².

A relação diferencial do trabalho com a natureza gerou diferentes modos de produção em diferentes locais do globo, entretanto tais modos não tiveram uma elasticidade bastante para garantir sua sobrevivência eterna. O feudalismo, mesmo sobrevivendo vários séculos, ruiu diante a insurreição do modo de produção capitalista, entretanto, os aristocratas da época, para garantir sua manutenção tiveram que se aliar com a burguesia. Assim,

¹² Fenômeno pode ser visualizado também nas obras Berman (2007) ao falar de Nova York.

associou-se o prestígio da aristocracia e o dinheiro da burguesia, está última que era considerada sem cultura, na Itália.

Giuseppe de Lampedusa narrando o fato anteriormente citado afirma que, “*Si queremos que todo siga como está, es preciso que todo cambie*” (LAMPEDUSA, 1980, p.19). Então, na Itália particularmente, o feudalismo não teve a capacidade de resignificação o bastante para sobreviver diante do capitalismo insurgente, em que para sobreviver, a aristocracia *teve que mudar*. Mas no capitalismo, com sua capacidade de resignificação ainda imensurável, mesmo diante de todas suas previsões de destruição, a todo o momento muda para garantir sua própria sobrevivência. Assim, o capitalismo muda, estretanto, mesmo com a mudança, ainda reina o trabalho abstrato, ou seja, a principal essência do modo capitalista de produção.

Dentro desta argumentação surge a pergunta: em que consiste essa dita resignificação do capitalismo? Amparando em Lefebvre (1973), foi a partir da *(re)produção das relações sociais de produção*, que não se trata somente uma mera repetição de relações anteriormente estabelecidas, mas fruto de um leque de “novas” estratégias engendradas para a manutenção da realização do capital, mesmo com suas contradições¹³. Assim, “não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações; não há aqui um processo puramente repetitivo”(LEFEBVRE, 1973, p.11)

Ainda segundo Lefebvre:

O capitalismo e burguesia como classe atuante à escala estratégica só puderam manter o essencial das relações determinadas de produção modificando-as. A tese de uma pura e simples “re-duplicação”, de uma repetição pura e simples, de uma mera acentuação dessas relações pela ideologia e pela coação, não corresponde aos fatos, nem os explica. Houve crescimento das forças produtivas às custas da destruição de uma parte delas (da “natureza” e pelas guerras). O capitalismo se estendeu subordinando a si o que lhe preexistia: agricultura, solo e subsolo, domínio edificado e realidades urbanas de origem histórica. Do mesmo modo, ele se estendeu constituindo setores novos, comercializados, industrializados: os lazeres, a agricultura e a arte dita “moderna”, a urbanização. Entre estas extensões existem, ao mesmo tempo, concordâncias e divergências, unidade com contradições (novas, a esclarecer). Portanto, o capitalismo só se manteve estendendo-se ao espaço inteiro (transbordando dos lugares de seu nascimento, de

¹³ Nesta argumentação Lefebvre chega até a usar o termo *neocapitalismo*.

seu crescimento de sua potência: as unidades de produção, as empresas, as firmas nacionais e supranacionais). (LEFÉBVRE, 2008, p. 116-117)

Entretanto, para entender alguns pontos de ligação da teoria Lefebvrina precisamos saber como se caracteriza o atual contexto da trama societária, entre os *vestígios do passado* e do seu *próprio dissolver*. Precisamos entender como o capitalismo conseguiu superar suas crises de sobreacumulação, que constitui na pedra fundamental para a teorização espacial.

Desde David Ricardo, as análises apontam para uma realidade longe de ser harmônica, como pensava Adam Smith¹⁴, demonstrando que havia interesses conflitantes entre as classes, gerando impedimentos para o crescimento, caminhando, então, para uma situação de um *Estado Estacionário*, resultante do crescimento populacional e pelo cultivo de terras cada vez menos férteis. Assim, a taxa de lucro estaria então reduzida a um mínimo e o sistema entraria em estagnação, gerando apenas o suficiente para repor o desgaste do capital no processo produtivo, enxergando a tendência permanente de queda nos salários (RICARDO, 1996). Todavia, o autor via no constante progresso técnico e expansão comercial as saídas para esta estagnação.

Karl Marx, mesmo que em seus planos iniciais tivesse esboçado sobre as crises do capital, não construiu uma teoria completa e sistematizada sobre tal questão (ROSDOLSKY, 2001). Todavia, num contexto geral de suas obras, o autor tratou da tendência da queda da taxa de lucro, formando excedentes de capital e excedentes de força de trabalho, fato que o desvaloriza o capital, pois não se encontra maneiras de associar estes excedentes lucrativamente (HARVEY, 2004a). Contudo, este momento de crise se faz de importância fulcral para esse modo de produção, enquanto oriundo de suas contradições estruturais, pois criam as condições para sua (re)produção, neste caso, sua própria reabilitação. O capitalismo consistindo numa verdadeira fênix que ressurgiu de suas próprias cinzas.

¹⁴ Este imaginava que o aumento da produtividade, da divisão do trabalho e dos salários trariam um aumento do bem estar social.

Poucos não foram os pensadores engajados na sistematização de uma teoria das crises do capital, que quase sempre alegavam de modo fatalístico os limites das estratégias de retardamento de suas crises estruturais e seu futuro desmoronamento. Mas, tais teorizações e até mesmo de suas críticas¹⁵ se consolidaram contemporaneamente, em nossa interpretação, de modo basicamente restrito as análises da *dialética interna* e das relações de produção, sendo essas últimas referindo-se somente as relações de chão de fábrica, no cerne da *subsunção real* do trabalho ao capital, na geração de *mais-valia absoluta* e *mais-valia relativa*, em que a dupla dimensionalidade produtor do *valor de uso* e *valor de troca* a base fundamental geradora das contradições¹⁶.

Segundo Harvey (2004a), hoje, poucos aceitam as teorias de Rosa de Luxemburgo, todavia sua teoria apresenta uma característica que se faz importante para nossa argumentação. Teorização que aponta o fato do capitalismo ter que dispor perpetuamente de algo fora de si mesmo, ou seja, externo (dialética externa) para recuperar-se. Idéia parecida é encontrada na construção teórica da conceituação de *Exercito Industrial de Reserva*, que para um primeiro olhar representa a sua própria negação, pois literalmente expulsa os trabalhadores do sistema produtivo, que produz o valor. Todavia, este fato ocorre na iniciativa de acumulação em períodos posteriores.

Na empreitada de Harvey, numa análise da dialética do *interior-exterior*, vai tratar da continuidade da acumulação primitiva, que nos atuais contextos, o autor vai chamar de *acumulação por espoliação*¹⁷, afirmando que as análises fixadas somente na dialética interna entendem como não mais relevantes a acumulação baseada na “relação predatória e fraudulenta e na violência de

¹⁵ Ver, por exemplo, os debates que Ricardo Atunes (2003) trava com os teóricos que defendem o fim da centralidade da categoria trabalho.

¹⁶ É colocado, por vez, em segundo plano o fato da reprodução expandida do capital ser fruto da relação entre produção e circulação.

¹⁷ Segundo Harvey (2004a) a acumulação por espoliação, no cerne do processo de expansão geográfica do capital, toma maior força com a crise do capitalismo na década de 1970, pois somente as indústrias não suportavam os investimentos de capital sobreacumulado, se fazendo necessário a espoliação de territórios onde se ainda se podia observar a primazia do espaço social e o seu não estilhaçamento pelo espaço abstrato calcado no consumo dirigido.

uma etapa original”, todavia, Harvey aponta para a continuidade destas relações. (HARVEY, 2004a, p. 120).

Neste mesmo contexto, mais uma vez se referindo a abordagem espacial, muitas teorias de autores que abordavam o espaço¹⁸ numa análise da dialética interna-externa, foram deixadas de lado, como as teorias do imperialismo de Luxemburgo e Lênin¹⁹, além da teoria do *desenvolvimento desigual*, desenvolvida por Trotsk (2007) no primeiro capítulo de seu livro “História da Revolução Russa”, em que trata das estratégias diferenciadas de desenvolvimento do capitalismo, no país, diante das peculiaridades da estrutura feudal russa.

Ratificamos aqui, que nosso interesse nesta argumentação não é polemizar com as posições supracitadas, no cerne de desconsiderar a dialética interna, como fizeram muitas vezes os teóricos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), por exemplo, que esqueciam as relações de produção e levavam em conta apenas a circulação, ou seja, o comércio internacional desigual²⁰. Mas sim, de maneira introdutória, tentar contribuir a esse debate tão polêmico, no sentido fomentar uma análise que leve em conta à dialética interna e externa da reprodução expandida do capital.

Henri Lefebvre *apud* Moreira (1999), destaca a importância de uma análise indissociável, na produção da fórmula valor, tanto da produção quanto da circulação, ressaltando que em determinados momentos um se sobrepõe à outra²¹.

O mesmo afirma que:

¹⁸ Mesmo que ainda como extensão.

¹⁹ Uma das principais conceituações de Luxemburgo é o subconsumo, em que os trabalhadores não recebiam o suficiente para consumir o que se produzia, sendo a saída a atividade imperialista em culturas não-capitalista. Um exemplo seria a guerra do ópio na China (GONZALEZ, 1984; HARVEY, 2004b). Já para Lênin o consumo realizado pela classe trabalhadora era supérfluo para o capitalista, onde o consumo principal seria no próprio meio produtivo (maquinarias e insumos). Todavia, quando essa relação última se torna insustentável a saída é a guerra, com o intuito de destruir os meios produtivos, para se reconstruir tudo novamente e o capital ter um novo fôlego para circular (HARVEY, 2004b).

²⁰ Ver Gonzalez (1984).

²¹ A sobreposição, ou não, será observada a partir da análise do *processo*. Não sendo por acaso que a *teoria clássica da localização*, que teve como principais teóricos, Von Thünen, Alfred Weber e August Lösch, que fora fixada principalmente nas análises da circulação, tenha sido elaboradas no auge do mercantilismo.

A hegemonia do capital mercantil significou o primado da esfera da circulação sobre a esfera da produção. A passagem para a hegemonia do capital industrial, significou a inversão, com a esfera da produção ascendendo ao primado sobre a esfera da circulação. Apresente passagem para a hegemonia do capital financeiro, significa uma espécie de retorno do primado da circulação sobre a esfera da produção. Mas a forma das duas esferas e das relações entre elas hoje apresenta diferenças significativas que fazem (literalmente) a diferença, comparadas ao passado (MOREIRA, 1999, p. 49).

Neste contexto, nos anos 70, a partir das abordagens de Lefebvre, Harvey aponta três circuitos do processo de acumulação capitalista, sendo o circuito primário o processo produtivo em si; o circuito secundário, seria o investimento no ambiente construído e de bens de consumo; além do setor terciário, referente aos investimentos em ciência e tecnologia. E ao recuperar vários autores, o autor aponta que a cidade é o *nó* de inserção na economia do espaço. (GOTTDIENER, 1997).

Harvey *apud* Gottdiener (1997, p 95), tentando explicar a produção da forma urbana pelo processo de acumulação de capital e especificar como esse processo se da no espaço, afirma que:

A cidade é produzida pela padronização espacial desses processos, e o papel que a forma urbana desempenha neles se deve a possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que reagem a disposição da mais-valia concentrada dentro dela. Uma combinação diferente dessas possibilidades, portanto, resultaria num papel diferente para a cidade como um nó na economia política do espaço.

Assim, em contexto de crises, onde o circuito primário não é capaz de manter de maneira solvável os níveis de lucro, o investimento no meio ambiente urbano é atribuído para estimular o consumo, como uma mudança de fluxo de capital para outro circuito, fortalecendo a capacidade de produção. Entretanto a intenção é de que o capital volte ao circuito primário.

Harvey (2004a), aprofundando, complexificando e colocando novos atributos em sua teoria, aponta que os:

[...] excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital a longo prazo ou gastos sociais

(como a educação e pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital²²; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2004a, p.93-94)

Esta última citação, mostra um avanço nas teorizações de Harvey, principalmente referentes ao ponto (b), que o mesmo vai denominar em seus trabalhos de *ajuste espacial* ou *ordenação espaço-temporal*, que tem como fundamento a teoria das crises do capitalismo e a teoria do imperialismo, em que esses deslocamentos espaciais, que buscam novos mercados e novas capacidades produtivas, são de fundamental importância para a manutenção dos super lucros capitalistas. Tudo isso, além de proporcionar o desenvolvimento do conceito de *acumulação por espoliação*, que já se faz implícita na idéia de ajuste. (HARVEY, 2004a)

Como diz Gottdiener, David Harvey empiricizou a clássica afirmação de Lefebvre: fora “ocupando o espaço, produzindo um espaço”, que o capitalismo conseguiu sobreviver a suas crises de sobreacumulação, mesmo sem resolvê-las (1973, p.21). Todavia, o espaço, em Lefebvre, apresenta conotações filosóficas mais profundas, onde é tido como elemento central na reprodução das relações de produção, não sendo apenas um meio de produção, mas uma

²² Gottdiener (1997) afirma que existe uma diferença fulcral, nas teorizações dos circuitos da economia, entre Harvey e Lefebvre, pois, para este último, o espaço gera mais-valia e para Harvey, o espaço apenas dinamiza o processo. Todavia, afirmamos que os dois pensadores estão certos, ao mesmo tempo, pois, ao nosso ver Lefebvre, amparando-se nos *Grundrisse* de Marx, vai afirmar que a realização da mais-valia apenas termina quando a mercadoria chega a seu consumidor, estando, assim, os investimentos em comunicação e transporte imbricados na geração da mais-valia. Entretanto, Harvey não pode fazer essa afirmação pois suas teorizações, afim de abarcar uma maior gama de ações no/do espaço, elencou, além do ambiente construído para produção (capital fixo, que também se insere investimentos em comunicação e transporte) os investimentos de *fundos de consumo*, que temos como um exemplo os investimentos em habitação e os *gastos sociais* (como investimentos em educação e saúde). Neste mesmo contexto, Gottdiener faz críticas as teorizações de Harvey, ao afirmar que o mesmo considerava os investimentos e telecomunicações e transporte como especificamente do processo de circulação, diferentemente de Lefebvre que considerava esses investimentos incluídos nos próprios custos de produção. Todavia, Harvey, em seus trabalhos recentes já trata, como vimos em linhas anteriores, o ambiente construído, ao menos em parte, também como capital fixo. Assim, visualizamos uma dupla inserção do ambiente construído, em que insere-se na realização da mais-valia *per se*, ao mesmo tempo que esses investimentos catalisam a circulação de capital sobreacumulado, fazendo parte tanto da circulação como da produção.

força produtiva, ou seja, o espaço ganha o mesmo status ontológico do capital e do trabalho, sendo, ao mesmo tempo, localização (como a terra) e parte das forças produtivas de produção. Tudo isso, para afirmar que as relações são no/do espaço, existindo uma *dialética do espaço*, tendo ele, além da história, capacidade de escamotear e (re)produzir as contradições. Assim, o espaço não é mais tratado somente como um produto social, mas também como um condicionante²³, nas palavras de Santos (2002) subordinado e subordinante.

Para Lefebvre (1973) o movimento espacial é a própria base do existente. Todavia, sendo este movimento fruto de uma lógica, ou seja, de um ordenamento que na prática social do capitalismo, implica e contém saber, como também busca da coerência e uma ideologia de coesão, concretizando a própria da lógica da acumulação (lógica formal). Mas desta lógica, em sua realização através de suas mediações, surge a contradição que se agrava entre as condições da dominação capitalista e as condições da vida social (lógica dialética).

Lefebvre (1999) acredita que o *designer* espacial, ou seja, o modo de organizar o espaço também se caracteriza como uma forma de organização da vida social. Pensamento que ousamos relacionar com a teorização de Mészáros (2002), que afirma a necessidade de não somente acabar com o capitalismo, sendo necessário também destruir o capital. Para Lefebvre, mesmo diante das contradições, a reprodução das relações sociais de produção²⁴ é garantida pelo o *designer* espacial do capitalismo, que se caracteriza pela propriedade privada, fomentando a insurreição de um espaço alienado. Sendo, então proclamada uma *Revolução Urbana*, para que se garanta uma vida social completamente desalienada em torno da vida cotidiana, nas palavras de Mészáros, para além do capital.

²³ Ainda mais, o espaço é tratado como um componente social inculcido de modo transversal nas demais dimensões da vida social.

²⁴ Lefebvre (1973) defende que a reprodução das relações de produção realizar-se-ia, sobretudo pela (re)produção do espaço e pela (re)produção do cotidiano, culminando numa sociedade burocrática de consumo dirigido, consumo esse do espaço.

Conclusões

Tendo em vista o caráter preliminar de nossa argumentação, não pretendemos concluir o assunto exposto neste pequeno ensaio, mas acreditamos apontar uma linha de argumentação no que diz respeito a uma teoria do capitalismo espacializada nas obras de Marx. No primeiro momento, argumentamos que o legado marxiano tem um duplo caráter, qual seja, o *ontológico*, que analisou a processualidade interna do modo de produção capitalista e o *caráter histórico*, oriunda das possibilidades e impossibilidades da realidade material e histórica do contexto em que ele viveu.

Tudo isso porque o atual momento da história é constituído, como colocamos anteriormente, por “novos” e “velhos” paradigmas sociais, que hoje são marcadas por uma série de mudanças e transformações que impressionam pela rapidez e fluidez dos momentos. A sociedade está a cada dia mais integrada, hierarquizada e fragmentada devido as relações de (re)produção do modo de produção capitalista. As técnicas, a informação e a comunicação são de fundamental importância para essa tentativa de integração mundial e de compreendermos essas mudanças que se operam desde os grandes processos da trama societária do capital até no cotidiano das pessoas.

Referências bibliográficas

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONZÁLEZ, Horácio. O que Subdesenvolvimento. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. *Spaces of Hope*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. O Novo Imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2004b.

_____. A produção Capitalista do Espaço. São Paulo, Anablume, 2005.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro : Guanabara, 1989

LACOSTE, Yves. A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra. Rio de Janeiro: s. ed, 1978.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. El gatopardo. Ed. ARGOS VERGARA S.A. Barcelona,1980.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Grupo “ As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea. Do núcleo de Geografia urbana da UFMG (do original: La producion de l’ espace, 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início de 2006.

_____. A reprodução das relações de produção. Porto: Escorpião, 1973.

_____. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENINE. V.I. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2002.

LUKÁCS, Georg. Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. A arte como autoconsciência do desenvolvimento da humanidade. *In*: NETTO, José Paulo. (Org.) Lukács. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática. 1981.a

MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hicitec, 1996.

MARX, Karl O Capital – Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital. Vol II. 7º Ed. São Paulo: Difel, 1982.

_____. Contribuição à crítica da economia política. 2º Ed. Expressão popular. São paulo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. 1º Ed. Expressão popular. São paulo, 2008.

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOREIRA, Ruy. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. *In*: MOREIRA, Ruy. Geografia: Teoria e Crítica. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

_____. A Diferença e a Geografia – O ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. *In*: geographia, Ano 1, No 1, 1999.

OLIVA, Jaime Tadeu . O Espaço Geográfico como componente social. Terra Livre, São Paulo, v. no 17, 2002.

RICARDO, David. Sobre os Salários.*In*: RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl .Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. Edusp, São Paulo, 2002.

SMITH, Adam. O Preço Real e o Preço Nominal das Mercadorias ou seu Preço em Trabalho e seu Preço em Dinheiro. *In*: A riqueza das nações. investigação sobre sua natureza e suas causas. Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa.(Vol I) São Paulo, Editora Sundermann, 2007.